

A CABANAGEM

UM EPISÓDIO HISTÓRICO DE GUERRA INSURRECIONAL NA AMAZÔNIA (1835-1839)

Major GUSTAVO MORAES REGO REIS
Oficial de Estado-Maior

"A insurreição é uma arte. Tal como a Guerra ou outras artes, ela também se submete a certas regras que não podem ser negligenciadas."

ENGELS

INTRODUÇÃO

Cabanagem foi o nome dado à sedição popular que engolfou a província do Pará de 1835 até 1839, sob a forma de verdadeira Guerra de Libertação.

Muito embora levada a efeito contra as autoridades constituídas essa luta brutal visava aos portugueses, partidários da Restauração, denominados pejorativamente "bicudos", "marinheiros" ou "pés de chumbo" — grandes proprietários da terra e da escravaria e detentores irredutíveis das posições de mando administrativo e político — contra os quais se insurgia a população.

O grosso do contingente nacional era constituído de caboclos humildes e índios mansos moradores de beira rio — os Cabanos — sendo seus adeptos conhecidos por "filantrópicos" ou "nativistas".

Como pronunciamento popular a Cabanagem foi, sem dúvida, o mais expressivo movimento de massas de quantos têm assinalado a evolução política, econômica e social do Brasil. Caracterizou-o de maneira singular: a efetiva e dominante participação das massas; a ascensão e direção de líderes oriundos das mais modestas camadas da população; a declarada e incontida violência das ações em força; e, afinal, a amplitude que atingiu a insurreição, chegando à tomada e manutenção do poder, por período não pequeno.

Do ponto de vista militar, as peculiaridades geográficas da região amazônica condicionavam (como ainda hoje) a natureza e o tipo das operações e sua perfeita adequação à forma de guerra conduzida pelos insurretos. É o que se apercebe pelo simples exame das diferentes medidas de repressão adotadas até a vigorosa e acertada atuação do General Soares de Andréa — e que apresenta sugestiva atualidade — erradicando os focos insurrecionais e pacificando, afinal, a província.

Trata-se agora de uma tentativa. Nosso propósito é reestudar este sugestivo episódio histórico ocorrido na Amazônia, há mais de 120 anos, à luz da moderna conceituação e do método de análise dialética da Guerra Insurrecional, buscando, tão-somente, despertar a atenção e provocar o interesse de camaradas maiores conhecedores do assunto.

Assim, na primeira parte apresentaremos um Estudo de Situação “do ponto de vista dos insurretos”. Em seguida, uma descrição sucinta da evolução dos acontecimentos. Depois a Repressão e Conclusões.

I — SITUAÇÃO GERAL DA PROVÍNCIA ATÉ 1835

1. O quadro

A província do Grão-Pará, desmembrada do Maranhão em 1775, estendia-se por toda a vasta área amazônica, englobando os atuais Estados do Pará, Amazonas e os Territórios do Amapá, Rio Branco, Rondônia e Acre, com suas fronteiras externas ainda não perfeitamente configuradas.

A população concentrava-se (como ainda hoje) nos arredores de Belém e em pequenos núcleos à margem dos rios e igarapés e nas incontáveis ilhas do estuário. Subindo os rios, para o interior, humildes e distanciados lugarejos isolados indicavam a remota presença humana, balizando as rotas, ocupando pontos mais favoráveis — os “firmes” — não só a salvo das inundações periódicas, como também, dominantes pela observação sobre extensos “estirões” fluviais.

De resto, as duas constantes panorâmicas: os rios e a selva.

O intrincado labirinto da rede fluvial, a que está subordinado todo sistema de transportes, faculta uma variedade de alternativas, de itinerários, graças ao conhecimento local de passagens, “furos”, “paranás”, ligações várias, desbordantes de largos trechos dos cursos principais. E a existência de um infindável número de lagos e lagoas, enseadas e abrigos proporciona locais convidativos para reuniões, ciladas e ardis.

A floresta densa, luxuriante, inundada em grandes faixas marginais — o “igapó” — alteia-se, aqui e ali, galgando pequenos desníveis — os “tesos” — atingindo afinal a “terra firme”, cobrindo tudo de maneira compacta.

Tribos de índios, notadamente, rebeldes ao jugo colonial, habitavam, então, algumas daquelas paragens a cavaleiro dos rios de penetração.

O cenário geográfico da insurreição desenvolveu-se desde o litoral paraense, pelas ilhas do arquipélago de Marajó, o litoral escassamente habitado pelo Amapá, o Baixo Amazonas pelo Tocantins e Xingu, Santarém no Tapajós e Borba no Madeira, Manaus. Remontando o Solimões atingiu Tabatinga. E pelo Rio Negro alcançou Santa Isabel ou Tapuruquara.

Vivia a província, completamente isolada do restante do país e, em muito maior e estreito contato, do que outra qualquer, com o governo da metrópole. Até a Independência, recebia, diretamente, das Côrtes de Lisboa toda a orientação política e administrativa através de ordens, leis, alvarás e regimentos. Assim também procediam os governantes provinciais, entendendo-se com o Governo Português, à revelia dos poderes constituídos do Rio de Janeiro.

O mecanismo do governo provincial funcionava à base de Juntas nomeadas pelo Reino, elegendo a Província representantes seus junto às Côrtes, em Lisboa.

Após a Independência, os presidentes da Província passariam a ser nomeados pelo Rio de Janeiro.

A relativa proximidade de Caiena, Gibraltar, Portugal, Marselha e Nova York, face às ainda maiores distâncias que as afastavam do sul do Brasil, proporecionava a Belém franca atividade em suas relações comerciais diretas, atraindo o interesse de negociantes estrangeiros e representações diplomáticas de diferentes países.

A grande exportação constava de cacau, arroz, café e algodão. A borracha ainda não havia encontrado sua aplicação industrial. O interior amazônico produzia anil, cravo, cacau, café, piassaba, breu, estôpa, farinha de mandioca, castanha, tabaco, couro de animais silvestres, peixe seco, manteiga de tartaruga e madeiras de construção. A pesca também era desenvolvida nas ilhas do arquipélago de Marajó.

As atividades se distribuíam no âmbito das vastas propriedades feudais caracterizadas, significativamente, pela extração de produtos da floresta e dos rios e a produção de gêneros de subsistência visando à exportação.

A escassa demanda de mão-de-obra livre e remunerada nas áreas de produção e de trabalho, submetia as camadas inferiores da população ao pauperismo generalizado sem poder aquisitivo. Na dependência, pois, de sua limitadíssima capacidade de produzir para consumo próprio.

O escravo negro africano não oferecia maior expressão no quadro racial da extensa província.

O trabalhador nas atividades agrícolas e pastoris, o braçal das cidades e vilas, o remador, o soldado das milícias era o índio.

Este sim, constituía a grande e respeitável massa, violentamente recrutada para a escravidão em sucessivas operações de captura — os “descimentos” — que arrastavam tribos inteiras, submetendo-as ao trabalho servil, dominado e dirigido pelo colono branco.

Seguidas leis do Reino e depois, a própria Constituição Imperial, haviam proscrito a escravidão do índio. Mas a província abstinha-se em aplicá-la, contida que era pelos tradicionais padrões de sua estrutura econômica e social, baseada na alienação do trabalho e da própria condição humana do índio como escravo.

A contenção dos silvícolas, sob o regime de aldeias administradas por prepostos do governo ou mesmo particulares, como prescrevia o documento normativo denominado "Diretório" (instituído por Mendonça Furtado), alinha-se entre as causas relevantes do processo insurrecional, segundo observa Capistrano de Abreu.

Na verdade, o índio era mantido em condições de escravidão, trabalhando para o "diretor" da aldeia ou para os grandes proprietários a quem eram cedidos. A alegação de que, anteriormente, vinham sendo explorados pelos missionários, quando seus aldeamentos achavam-se entregues à administração destes, agravou-se ainda mais pelos excessos e pela impiedade dos novos senhores que, deliberadamente, buscavam exaurir toda a capacidade produtiva daquela mão-de-obra obtida de forma tão fácil e vantajosa.

Além do mais, os serviços de demarcação das fronteiras exigiam a participação de grandes contingentes de carregadores, remadores, mateiros, todos mobilizados nas aldeias indígenas. Contribuía isso para o abandono, por tempo indeterminado, das mulheres e filhos e da incipiente agricultura que chegavam a realizar para o sustento da família. Dizimados pelas doenças e azares dessas expedições, muitos não regresavam. Em consequência desses transtornos, a organização familiar ficava ao desamparo, sofrendo os penosos efeitos do descontrôle social e dos desregramentos de toda ordem que atingiam a comunidade.

A grande rebelião do chefe índio Ajuricaba, no rio Negro, reprimida pelas sanguinárias chacinas de Belchior Mendes, determinando o extermínio sumário de mais de vinte mil indivíduos, e a dos Mundurucus em Maués, caracterizam o índio amazônico, indômito e rebelado contra a aceitação desumana da escravidão.

Já em 1821, reflexos imediatos da Revolução Liberal do Pôrto, contra o absolutismo, encontravam no Pará, mais do que em qualquer outra província, repercussão profunda. Todavia, o processo político que se desenvolvia no sul do país e que culminaria com a proclamação da Independência, não achava ressonância na administração do Pará, dominada sempre por Juntas Governativas lusófilas, firmemente empenhadas em isolar-se do governo do Rio de Janeiro, dadas suas estreitas vinculações e interesses com Lisboa.

Um longo período de agitações inicia-se, ligado, a princípio, ao acolhimento e integração da província ao novo sistema constitucional vigente em Portugal. Simultaneamente, as facções mais radicais, insatisfeitas ainda com a presença de reinóis no governo provincial, passaram a insuflar a opinião pública, propugnando pelo direito dos nacionais gerirem seus próprios negócios.

O sentimento autonomista se espraia e ganha corpo, alimentado pelas contradições e compromissos de sucessivas Juntas inseguras e incapazes de dominarem a situação, ciosas, tão-somente, de resguardarem os interesses da Coroa e dos poderosos senhores da terra e da escravaria.

O clima da Independência gera a inquietação popular que assume proporções alarmantes. As populações do interior, progressivamente, convocadas a participar das divergências, seja pelos patriotas que desenvolviam sua propaganda com amplitude, seja pelo recrutamento militar compulsório, ordenado pelos Comandantes das Armas e para o qual não havia solidariedade, identificavam-se, pouco a pouco, ao campo que, ideologicamente, encarnava suas mais elementares reivindicações materiais e espirituais: a sobrevivência e a liberdade.

Os acontecimentos que se desenrolaram no sul do país, em setembro de 1822, só encontraram sua manifestação efetiva na longínqua província em agosto do ano seguinte, sendo então incorporada ao Império.

O processo revolucionário havia porém extravasado em toda sua amplitude e violência, estimulado pela incompreensão de antigos e poderosos reinóis, grandes proprietários, e pela permanente e continuada persuasão das populações através da demagogia desenfreada dos inconformados.

O Amazonas, então comarca do Rio Negro, embora alimentando aspirações de autonomia que, quando não concedida oficialmente pelo Governo Central, era proclamada episodicamente à revelia do Pará, mantinha-se anexado àquela província. Para tanto utilizava o governo de Belém processos escusos de interceptação de correspondência do Rio de Janeiro para a distante comarca, levando a efeito violentas ações de repressão, toda vez que a insubordinação buscava concretizar-se. Tumultos, incidentes e motins de natureza grave, provocados pelos desmandos de sucessivos prepostos designados para a direção da comarca exacerbavam os ânimos, alimentando ainda mais os rancores políticos e aprofundando os dissídios partidários.

Belém, por sua incontestável posição-chave, exercia com absoluta e inelutável vantagem o monopólio político e comercial de toda a Amazônia.

Afinal, a participação estrangeira no devassamento da Amazônia.

No decorrer do século dezenove as regiões tropicais do mundo passaram a despertar inusitado interesse de exploradores e cientistas da Europa e dos Estados Unidos. Atraídos pelo exotismo dessas áreas, primeiro na Ásia e na África, depois na América meridional, homens do melhor quilate intelectual lançaram-se em pesquisas e estudos, empreendendo longas e arriscadas incursões de caráter ostensivamente científico.

Todavia aquelas empreitadas, financiadas e assistidas pelas grandes potências da época, não se limitariam aos interesses e indagações especulativas da ciência pura, senão também, a realizar, paulatinamente, profundo e minucioso inventário dos recursos naturais e humanos de extensos e desconhecidos territórios. A expansão colonialista encontrava assim, nessa devassa, seu mais eficiente instrumento de orientação para futuras atuações políticas, diplomáticas e militares.

Os relatos e descobertas daquelas nações, além dos estímulos nacionais que ostensivamente propiciavam no campo científico, facultavam aos respectivos empresários francos e ajustados planos para suas ações expansionistas, em pleno curso.

Inúmeras foram as expedições que transitaram pela Amazônia sob a égide generosa da Ciência Universal, atendendo, porém, veladamente à cobiça incontestável de diferentes potências européias. E episódios de fronteira chegaram a concretizar as pretensões mais ambiciosas da Inglaterra. Na primeira década do século, militares ingleses estabeleciam seus primeiros contatos com os destacamentos luso-brasileiros no Alto-Rupununi.

INTERPRETAÇÃO

Do ponto de vista geográfico destaca-se a imensidão da província, o isolamento das pequenas vilas e povoados, a topografia predominantemente "aquática" e de selva e o extraordinário afastamento do centro do Poder político e militar, situado no sul do país.

Interpretando êsse Quadro chegariam os Cabanos às seguintes conclusões parciais:

— Fatôres favoráveis: impossibilidade de atuação de efetivos importantes em ações centralizadas; exigência de conhecedores do terreno e das peculiaridades da topografia local; facilidades para a realização de emboscadas, ações de surpresa e atuação de pequenos efetivos fluviais e terrestres sem exigir maiores conhecimentos militares; oportunidades para o saque, a pilhagem e o terrorismo contra populações indefesas do interior; possibilidade de se tornarem "esquecidos", dadas as dificuldades na tomada de providências pelo Poder Central, muito distante e empenhado também, em outras ações de repressão em pontos, politicamente, mais importantes do país.

— Fatôres desfavoráveis: a vastidão da área, dificultando a propagação das idéias e restringindo a reunião de maiores contingentes para eventuais ações em força contra centros de resistência mais importantes; dificuldades quanto à manutenção submissa de regiões distantes já conquistadas.

Do ponto de vista econômico e social ressalta o desequilíbrio dos padrões de vida dos grandes proprietários de origem portuguesa e da massa de origem nacional, agravado pelos desmandos e arbitrariedades dos órgãos do poder e a impossibilidade virtual de acesso dos nacionais à administração pública. Afinal, a aspiração legítima de autonomia e independência que insuflava todo o país.

— Fatôres favoráveis: superioridade numérica das populações pobres de beira rio e, em particular, em torno de Belém, onde significativo contingente de escravos exercia as atividades na agricultura

e pecuária além de remadores e pescadores das inúmeras embarcações de transporte e pesca que tinham Belém como pôrto; antagonismo econômico, social, político e étnico entre a massa de nacionais e escravos e a classe dominante dos colonizadores reinóis.

— Fatores desfavoráveis: dificuldades quanto ao recrutamento dos quadros dirigentes pelo baixíssimo nível intelectual dos elementos ativos das camadas populares; carência de recursos materiais de toda ordem.

No plano internacional, cabe assinalar o interesse demonstrado por diferentes potências européias no tocante à Amazônia, enviando expedições técnicas e científicas para investigar aquele mundo remoto.

— Fator favorável: o entrecchoque de interesses aguçados pela cobiça internacional na Amazônia.

— Fator desfavorável: a insurreição não poderia esperar nenhum auxílio exterior fora das soluções de compromisso que atentavam contra a soberania nacional e a unidade do Império.

2. Relação entre as forças político-militares

O aparelho administrativo, policial e militar à disposição das autoridades constituídas apresentava notórias fragilidades.

A sucessão ininterrupta de Juntas de Governo, ora destituídas, sumariamente, pelo poder central da Regência, ora depostas de forma violenta por sedições populares, dizia bem da grave e declarada crise de autoridade por que atravessava a província e, afinal, o próprio país.

O quadro de oficiais e a própria tropa de linha e as milícias, sem instrução e sem disciplina, imiscuíam-se na política partidária submetendo-se a compromissos facciosos e personalísticos estranhos à orientação governamental. Pronunciamentos e atitudes políticas de chefes militares, que não dispunham do indispensável prestígio profissional em suas corporações pela indisfarçável incapacidade demonstrada no preparo das mesmas, provocam focos permanentes de levantes e motins. O terreno era pois altamente favorável à infiltração de idéias, a tomada de posições políticas, à atuação facciosa de desagregação das Instituições e ao nucleamento de grupos ativos de sublevação capazes de proporcionar o eventual domínio de pontos sensíveis e a obtenção de armamento susceptível de mudar de mão.

As medidas preventivas e repressivas adotadas pelos governos que se sucediam, sem que primeiro buscassem firmar as verdadeiras bases institucionais dos organismos políticos e militares, constituíam antes, fatores capazes de se tornarem favoráveis aos insurretos, do que reais e eficientes providências de contenção.

Assim, os freqüentes desarmamentos da tropa de linha e a redução de seus efetivos, visando a eliminar ou reduzir os permanentes riscos de

sublevação; a criação de corpos de Guardas Municipais Permanentes, formados, sem enquadramento e sem instrução, pela reunião, na capital, de contingentes recrutados em diferentes localidades do interior; o próprio recrutamento compulsório, embora amparado em normas legais, visando a reduzir as possibilidades de mobilização voluntária para os insurretos e, principalmente, atingir seus mais influentes chefes, chamando-os à incorporação nas forças do governo, não correspondiam aos resultados esperados.

Também os processos de repressão, quando levados a termo, não diferencavam daqueles outros adotados pelos promotores e adeptos da ação insurrecional em violência, intimidação e terror contra populações indefesas do interior.

Tudo isso facultava aos insurretos a exploração dessas medidas em proveito próprio pelos compromissos e pela impopularidade que traziam em seu bôjo.

A feição, eminentemente, popular do movimento, apoiado na efetiva, mas desordenada e violenta participação das camadas inferiores do povo e em sistemáticos pronunciamentos e sedições da tropa, que não dispunha, a essa altura, dos mais elementares resquícios de hierarquia, disciplina e mesmo capacidade militar, não podia proporcionar, obviamente, condições para a adoção de organizações regulares, por mais simples que se apresentassem.

Por seu turno, os chefes insurretos, rudes e incultos, mantinham-se, tão-somente, graças à instável ação pessoal que exerciam sobre as massas, das quais haviam emergido, e pela notável intuição operacional que os inspirava na concepção das manobras, na dosagem dos escassos meios e, afinal, na conduta geral político-administrativa. Buscavam ampliar a área da insurreição adaptando sua conduta operacional às características geográficas do meio, isso com magistral habilidade.

Grupavam-se em bandos, mais ou menos numerosos, que se reuniam e se dispersavam, de acôrdo com os objetivos visados e a importância das bases, eventualmente, mantidas.

Viviam dos recursos locais, habitualmente, retirados dos rios e da floresta.

O peixe, o açaí e a farinha de confecção caseira constituíam, como ainda hoje, a base de sobrevivência de toda a população pobre da Amazônia. A pilhagem, o saque e os motins da tropa constituíam outros processos de obtenção de recursos, inclusive armamento.

INTERPRETAÇÃO

O longo período de agitações que sacudia a província, desde 1821, se apresentaria, do ponto de vista dos insurretos, como:

— Fatores favoráveis: a formação natural de líderes populares, mais ou menos experimentados na sublevação das massas, na conduta de guerrilhas, nos rios, na selva e nas cidades; o enfraqueci-

mento e a desagregação das organizações militares responsáveis pela segurança da província; oportunidade para a formação de grupos ativos no meio militar, em condições de levarem a sublevação e a desordem ao seio da tropa; o enfraquecimento sensível da capacidade militar da tropa e a segurança do dispositivo pelas medidas adotadas de redução dos efetivos e armamento, recrutamento e processos de repressão.

— Fatores desfavoráveis: estimulou as massas na aquisição de hábitos de violência, pela apropriação, pela destruição e pelo extermínio, dificilmente controláveis; baixo nível intelectual dos chefes insurretos e despreparo militar e administrativo para a consecução dos objetivos.

3. A vontade de lutar

As contradições do meio proporcionavam aos insurretos decidido e vantajoso apoio da população. A despeito do sentimento de terror que inspiravam foram eles dispendo, pouco a pouco, de contingentes convocados na capital e no interior, ostensivos ou não, e que lhes proporcionavam uma infra-estrutura de apoio. As vilas e povoados ameaçados, mesmo após oferecerem eventual resistência, acabavam por solidarizar-se com a insurreição.

As providências violentas de repressão — o confinamento pelo recrutamento, prisão ou exílio, e mesmo a morte de seus chefes e os reveses militares — não eram bastantes para prejudicar ou arrefecer o espírito de sacrifício e a determinação dos insurretos, dispostos que estavam a aceitar a luta nos termos de violência que eles mesmos impunham ao adversário.

Tudo leva a crer, que essa determinação levada ao paroxismo da violência, haja atingido grau suficiente de "tensão de ruptura" em vários setores, pela exacerbação total de diferentes complexos, tais como:

— O poder econômico dos grandes proprietários rurais nas chamadas "Fábricas Nacionais" ou "Roças Comuns", organizações criadas com a instituição do Diretório e que visavam, sub-repticiamente, assegurar a exploração do índio em condições servis e submetidos a ilimitada crueldade em flagrante descaso a expressas leis do Reino e depois à própria Constituição Imperial.

— A inviabilidade de acesso às posições de governo por parte dos nacionais, desejosos de participar da administração e dos interesses públicos.

— O antagonismo virulento e declarado contra os portugueses e que estremecia todo o Império.

— A desvinculação da Província do Pará em relação ao sul do Brasil, seu alheamento político e social aos movimentos nacionais e o temor de persistir em relação a Portugal em situação idêntica ao Canadá em relação à Inglaterra, leva a rejeitar todo e qualquer auxílio e tutela.

Quanto ao Amazonas, alimentava, ainda mais, a inaceitação das condições de subordinação política e administrativa ao Pará em virtude de sua anexação.

— Afinal, o complexo de igualdade étnica, no caso, a opressão exercida pela poderosa minoria dos reinóis sobre a raça nacional majoritária, em seu considerável contingente de caboclos e índios mansos.

— O clero e a maçonaria, esta última organizada e atuante em favor dos reinóis, aquele proporcionando destacados líderes para ambos os lados, impuseram, em episódios sugestivos, “tomadas de posição” vinculadas ao prestígio dos personagens e às convicções religiosas do povo.

O que não resta dúvida, é que a exaltação da agressividade polarizou-se na trama de todos estes complexos de reivindicação econômica, de melhoria social, de xenofobia, de libertação, de nivelamento étnico e, episódicamente, de convicção religiosa, na incapacidade e na impotência da autoridade constituída em resolver as injunções, agravando-as, pelo contrário, levada pelo arbítrio e a inadequação dos meios coercitivos.

INTERPRETAÇÃO

Quanto à Vontade de Lutar dos insurretos, alinham-se como:

— Fatores favoráveis: a “tensão de ruptura” atingida pelos diferentes complexos; a aceitação da luta nos mesmos termos de violência impôsto ao adversário.

— Fatores desfavoráveis: a conduta extremada das massas e a progressiva perda de controle das mesmas, alarmando os chefes mais moderados do movimento e as populações eventualmente ameaçadas.

4. Conclusões

Um Estudo de Situação da Província do Pará, em 1835, levaria os Cabanos a concluir:

— O Pará era uma província vastíssima, de complexa feição geográfica, mais próxima da Europa do que do centro de poder político e militar do país, e, também, bastante afastada deste último.

— Escassamente habitada por uma população paupérrima de nacionais e índios escravizados, e sofrida de longos anos de agitações e violências, apresentava sua estabilidade administrativa e social seriamente comprometida.

— O adversário — as autoridades administrativas, políticas e militares — pelas vinculações, compromissos e propósitos, encarnava a prepotência social, o monopólio político-administrativo e a opressão do poder econômico, ainda nas mãos dos estrangeiros colonizadores.

— A natureza do sistema colonial chocava-se com a, ainda que incipiente, tomada de consciência do povo subjugado, que reivindicava instituições livres, cujos princípios, afinal, havia apreendido nas aspirações liberais do próprio colonizador.

— Um movimento eminentemente popular não disporia de organização estável, capaz de permitir uma ação coordenada. Ao contrário, contaria mais com as fragilidades das instituições de governo e do aparelho policial-militar e as possibilidades destas se transformarem em fatores favoráveis à insurreição.

II — EVOLUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

As modestas proporções dêste trabalho e o objetivo a que nos propusemos — “uma aplicação” do método de análise dialética da Guerra Insurrecional — não implicam, necessariamente, na descrição pormenorizada de todo o contexto das obras compulsadas para a elaboração do estudo em seus aspectos essenciais.

Daí adotarmos para a descrição que se segue transcrições, tanto quanto possível, condensadas da excelente “História Militar do Pará” do Coronel LUIZ LOBO e para os episódios desenrolados no Amazonas “O Amazonas — sua História” de ANISIO JOBIM.

Todavia estiveram sempre presentes os autores indicados na pequena bibliografia final.

1. Os chefes

Chefes Cabanos:

— BATISTA CAMPOS, (João Gonçalves) — Cônego audaz, bravo, aventureiro e ambicioso. Jornalista exaltado e demagogo violento. Dirigiu o jornal “O PARAENSE” e colaborou ativamente no “SENTINELA MARANHENSE NA GORITA DO PARÁ”.

Gozava de largo prestígio e mesmo autoridade junto à indisciplinada tropa e exercia poderosa influência sobre as massas populares.

Aparentemente contraditório em suas atitudes, compreendia porém, perfeitamente, a situação, ora apoiando as hostilidades contra a política da Regência, ora intrigando as classes abastadas contra o governo provincial, sob a acusação de pretender êste libertar os índios, ainda escravos.

VINAGRE, (Francisco Pedro) — O mais velho de três irmãos (Antonio e Manoel) jovens lavradores do rio Itapicuru e que foram as mais notáveis figuras da insurreição. Inculto mas inteligente, intrépido, robusto e muito disposto, identificava-se com a massa e suas aspirações e na conduta violenta dos processos de atuação terrorista em que se destacava seu irmão Antonio. Sem nenhum conhecimento militar, porém extraordinariamente corajoso e astucioso, conduzia com notável habilidade e energia a guerra de guerrilhas, os golpes-de-mão e outras ações arriscadas, graças a seus minuciosos conhecimentos das peculiaridades do terreno e da própria cidade de Belém.

— ANGELIM (Eduardo Nogueira) — Jovem cearense contando apenas vinte poucos anos quando foi aclamado 3º e último presidente cabano.

Completamente dedicado à causa que considerava sagrada, era um lutador ardente, corajoso e tenaz. Identificava-se à massa popular que o consagrara como líder, sem contudo partilhar dos desmandos aos quais se opôs com energia e desprendimento, quando no exercício do governo. Conduzia com notável desembaraço as ações de seus escassos meios na guerra irregular, principalmente no interior da cidade de Belém.

— MALCHER (Félix Antonio Clemente) — Antigo Alferes da tropa de linha envolvido, desde o início, nas articulações políticas. Foi o primeiro presidente cabano. De caráter sombrio e impetuoso era severo, chegando à perversidade. Irritável, espírito pouco cultivado e de atitudes dúbias.

Chefes Legais:

LÔBO DE SOUZA (Bernardo) — Homem enérgico, opinoso, agitado e intempestivo. De visão estreita e inábil na conduta política dos acontecimentos. Assumiu a presidência da província em dezembro de 1833 sendo eliminado de forma brutal em janeiro de 1835.

— Marechal MANOEL JORGE (Rodrigues) — Velho chefe português cauteloso e refletido. Via-se sem recursos para impor sua autoridade e assegurar a eficiência das medidas que a situação exigia. Empenhou-se porém com iniciativa e coragem, sendo destituído dos cargos que ocupava com sacrifício de maneira surpreendente e precipitada, considerando seu passado militar e o alto pôsto que atingira.

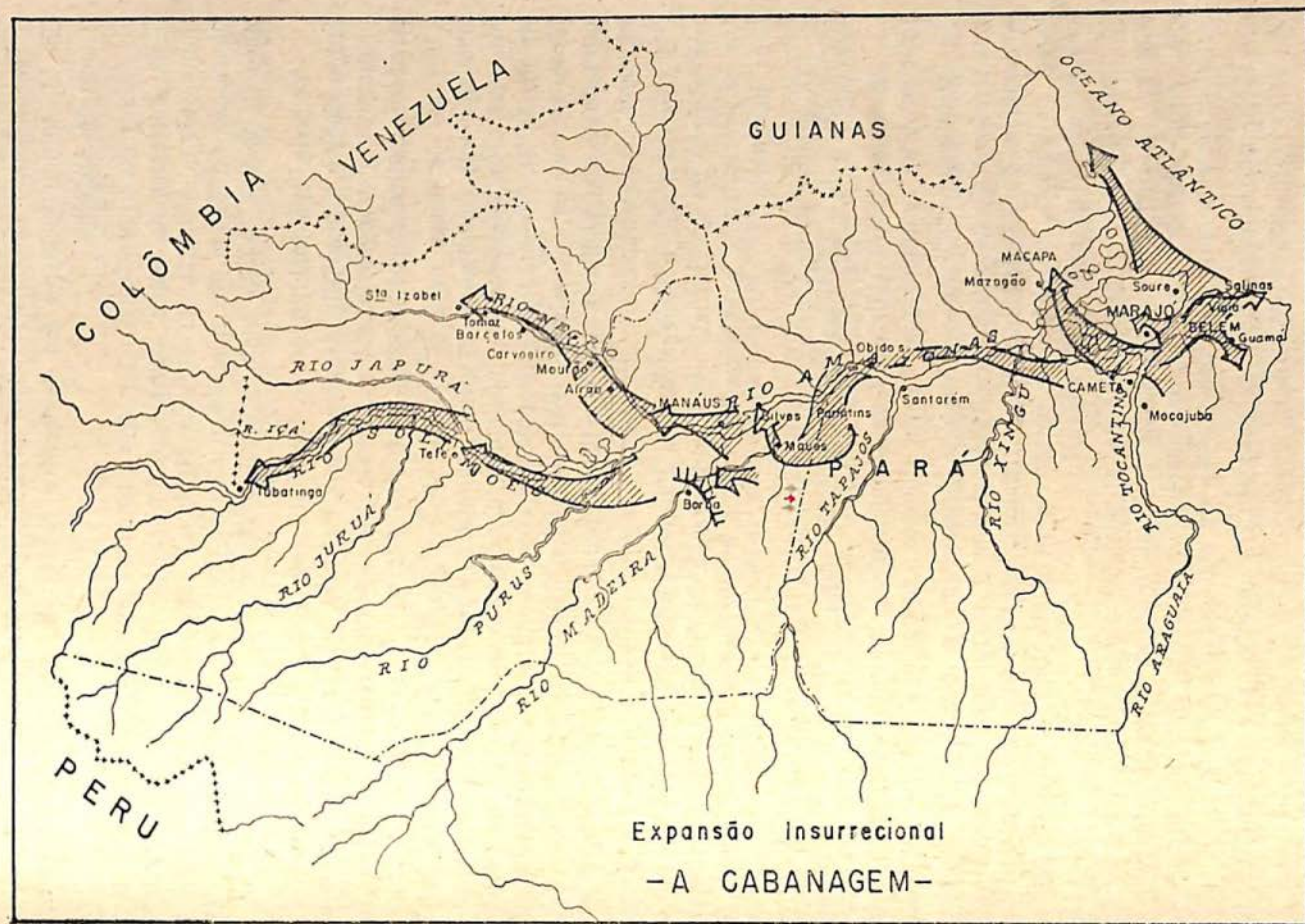
— Brigadeiro SOARES DE ANDRÉA (Francisco José de Souza) — Enérgico, disciplinador, decidido, competente e capaz como soldado e administrador. Compenetrado da instrução da tropa e inflexível mantenedor da ordem e da disciplina. Meticuloso em seus processos de administração e de governo. Conduzindo suas ações com vigor, energia e exemplar habilidade.

2. Os acontecimentos

— O Governo de Lôbo de Souza:

A 4 de dezembro de 1833 assumé a presidência da província o Doutor Bernardo Lôbo de Souza e o cargo de comandante das armas o Tenente-Coronel Joaquim José da Silva Santiago.

O episódio é relevante, pois que, seu antecessor, o desembargador José Mariani, nomeado um ano antes, nem mesmo lograra desembarcar em Belém para empossar-se, obstado que fôra pelos eventuais detentores daqueles cargos, os Coronéis Machado e Seára envolvidos na conduta política dos acontecimentos, sujeitos à orientação dominante de Batista Campos. Era evidente o declarado estado de anarquia reinante no Pará. Lôbo de Souza iniciou seu governo disposto a acalmar a indisposição reinantes, sem contudo descurar das providências militares que garantissem o exercício da autoridade e a aplicação da lei e da ordem.



Assim, procurou executar a lei da anistia como medida persuasiva na redução dos contingentes insurretos e, ao mesmo tempo, determinava o recrutamento compulsório para preencher os claros dos corpos de linha, incidindo inclusive em destacados chefes da insurreição, como foi o caso de Angelim.

Reforçou o armamento das duas corvetas estacionadas em Belém e o da Fortaleza da Barra, como também aquele distribuído aos guardas municipais e à legião da Guarda Nacional. Convocou para reforçar a guarnição de Belém 480 guardas nacionais dos corpos dos distritos vizinhos de Bujaru, Acará, Moju, Abaeté e Muaná.

Todavia, sua inabilidade no incidente com o bispo D. Romualdo de Souza Coelho a propósito de uma Carta Pastoral, na qual aquele prelado condenava a Maçonaria, foi suficiente para provocar uma "tomada de posição" reativando as paixões aparentemente arrefecidas.

Lôbo de Souza acusava o bispo, figura respeitável e espírito reconhecidamente conciliador, de pregar "doutrina subversiva" através de sua Pastoral. Em consequência, proibiu a divulgação, ameaçando seu autor de prisão. D. Romualdo, de acordo com sua conduta pacífica aquiesceu. Muito embora se apercebesse, posteriormente, o governador, do juízo precipitado e da violência que praticara prosseguiu desmandando-se em ameaças.

Inconformado, o cônego Batista Campos publica a referida Pastoral nas páginas de seu jornal, sem a autorização do bispo. Os acontecimentos se precipitam e o governador ordena a prisão de Batista Campos e seus partidários.

O popular cônego refugia-se no Acará, na fazenda de Malcher, reunindo-se a este e aos irmãos Vinagre e Angelim.

Inicia-se violenta atividade de propaganda e proselitismo através de proclamações redigidas por Batista Campos contra o governo.

Malcher, os Vinagre e Angelim prosseguem a reunião de adeptos no Acará. A 19 de outubro de 1834 envia o governo uma expedição sob o comando do 2º Comandante dos Municipais José Maria Nabuco composta de guardas municipais e nacionais, para eliminar o foco de agitação instalado na fazenda de Malcher.

Surpreendido na madrugada de 22 por elementos sob o comando de Vinagre e Angelim, o comandante Nabuco viu sua força destrocada e ele mesmo, depois de preso, assassinado por Angelim, que assim se vingava de quem o prendera por ocasião de seu recrutamento.

Lôbo de Souza conheceu a extensão do desastre por intermédio de um prisioneiro que se evadira.

Reuniu então sob os comandos respectivos do Coronel Falcão e do Capitão-de-Fragata James Inglis cerca de 300 homens, entre soldados e marinheiros, todos embarcados em cinco embarcações.

Na tarde de 24 partem para o Acará.

O Coronel Falcão é morto numa emboscada e o Major Monte Roza, que assume o comando da força terrestre, desembarca a 28, próximo à fazenda de Malcher encontrando-a abandonada. Os insurretos haviam se dispersado pelos rios Castanhal, Itapicuru e Guamá. Comunicando-se com o comandante Inglis o major Monte Roza incendeia a fazenda e inicia a perseguição ordenada pelo governador depois de conhecer aqueles sucessos.

A 3 de novembro após um encontro, Manoel Vinagre é morto e Malcher e seu filho feitos prisioneiros, além de grande número de insurretos, todos recolhidos a Belém.

Em Acará permanece uma força de Permanentes apoiada por uma escuna e três lanchões.

Lôbo de Souza continua a tomar providências.

Manda recolher todo o armamento da tropa que não lhe inspirava confiança. Determina que 100 homens de cada um dos batalhões da Guarda Nacional de Muaná, Bujaru e Capim fôssem deslocados para Belém, substituindo a tropa de linha da guarnição.

Organiza ainda uma vigilância fluvial com quatro embarcações de porte, e reforça a guarda fluvial do rio Acará. Determina o recolhimento da pólvora e munições do depósito do Uaurá aos navios de guerra. Repara a artilharia das fortalezas e ativa a aquisição de armamento e correame na Inglaterra. Convoca os oficiais reformados do Exército e os da reserva da Guarda Nacional para as rondas na cidade.

Modifica afinal o antigo sistema de recrutamento por distritos, efetuados pelos juizes de paz, designando executores de sua confiança e devendo a convocação incidir sobre os indivíduos mais aptos, independente dos distritos, tendo em vista recompletar os claros da tropa de 1ª linha.

Em que pèse o acêrto de várias dessas medidas, particularmente na esfera militar, sua execução repousava na honestidade de propósitos e na disposição enérgica dos escalões subordinados. Tal não acontecia porém.

A arregimentação de sediciosos, principalmente soldados de tôdas as corporações, os conluios, defecções e compromissos de parte da officialidade estimulada e desenvolvida por Angelim, pelos Vinagre e por partidários de Batista Campos era levada a efeito em ritmo crescente sob clima de exaltação.

A 6 de janeiro de 1835 reúnem-se os insurretos em três regiões nos arredores da então cidade de Belém. No mato do Cocalino (atrás do atual presídio São José) sob o comando de Francisco e Antonio Vinagre, na estrada para o arraial de Nazaré (na altura do atual largo da Memória) e no fim da estrada da Pedreira.

Às primeiras horas do dia seguinte a coluna de Vinagre penetra na cidade e assalta o quartel onde se alojavam os Caçadores e o Corpo de Artilharia no Largo do Quartel (atual praça Saldanha Marinho).

O Major Caetano Alberto e o Capitão Manoel Gomes Varela facilitam a operação sublevando aquelas unidades que eles mesmos comandavam.

Os insurretos apoderam-se de todo o material e senhores do quartel destacam patrulhas para guardar as ruas que desembocam naquele Largo.

Sobre o Largo do Palácio (atual praça Pedro II) marcham os outros dois grupamentos da estrada de Nazaré e da Pedreira. Assaltam o palácio e a residência do comandante das armas. Matam este último quando tentava escapar no Largo de São João.

Vão à cadeia (na atual rua João Alfredo) soltando os presos, armando-os e municionando-os. Prosseguem em suas ações de destruição e morte até o Pôrto do Sal. O comandante Inglis também é morto.

O presidente Lôbo de Souza abandonando o asilo junto da residência do Coronel Geraldo Abreu regressa corajosamente ao palácio sendo afinal atingido e morto pelo índio Domingos Onça.

Às onze horas, ainda do mesmo dia 7, Malcher, tirado da prisão, faz-se aclamar presidente da província pela mesma massa enfurecida que arrastando os cadáveres de Lôbo de Souza e do Coronel Santiago para a Casa das Canoas (atual Necrotério) permanecia durante sete horas profanando os despojos de suas vítimas.

— O 1º Govêrno Cabano — Malcher:

Malcher empossou-se na presidência perante a Câmara Municipal e Francisco Pedro Vinagre assumiu o cargo de comandante das armas.

As forças da Marinha que se achavam em Belém — seis navios de guerra, uma corveta, um brigue, três escunas e um iate — julgaram-se incapazes de combater o movimento. Seus comandantes entenderam mais acertado aceitar o fato consumado, reconhecendo as novas autoridades que se declaravam dispostas a manter a província vinculada ao Império e ainda fiéis ao imperador, resolvidas porém a conservarem-se no poder até à maioridade.

Muito cedo o presidente Malcher percebeu a alternativa em que se encontrava e para a qual havia contribuído. A desordem generalizada dominando completamente o povo e comprometendo de forma irremediável as instituições permanentes. Às medidas indispensáveis de contenção para o exercício elementar de govêrno contrapunha-se o processo revolucionário que agora se espalhava com tóda a sua carga de paixões, ódios e vingança.

As dissensões surgiram inevitáveis entre Malcher, de um lado, e os Vinagre e Angelim do outro. Já agora o Comandante das armas e seus partidários exploravam a eventual impopularidade das atitudes do presidente.

Malcher prevenindo-se tratou de estabelecer núcleos de defesa, retirou as tropas de artilharia e infantaria que haviam a princípio ocupado o palácio e o convento do Carmo reunindo-as no Forte do Castelo.

Julgou-se então bastante forte para jugular a atuação de seus adversários.

Sem o conhecimento de Francisco Vinagre, Comandante das armas, manda no dia 19 de fevereiro, cercar com força de linha a casa onde se achava Eduardo Angelim prendendo-o.

Vinagre considerando-se atingido em sua autoridade funcional reúne a tropa de linha no quartel das Mercês, onde se achava o arsenal, armando-a e municionando-a. Artilha sua posição com quatro canhões, reforçando-a com mais 200 homens do capitão Francisco Macedo e pelos grupos dirigidos por Antonio Vinagre e outros, inclusive oficiais.

Malcher disposto a assegurar sua autoridade de governo e conhecendo a vocação de violência de seus adversários, instala-se no Forte do Castelo reunindo permanentes, guardas nacionais e populares adeptos de seus propósitos. Reforça sua posição em terra com oficiais e marinheiros das guarnições dos navios de guerra.

Ainda Malcher toma a iniciativa das ações lançando uma coluna de 300 homens sob o comando do Alferes Gonçalves Campos para atacar a posição de Vinagre no Largo das Mercês apoiando-a com patrulhas de menor efetivo.

Às 11 horas dêsse mesmo dia 19 de fevereiro a vanguarda da coluna é dizimada quando toma contato com a posição, sendo o grosso batido por cerrado fogo de artilharia de Vinagre. Batido no primeiro encontro o Alferes Campos ordena a retirada de sua força conduzindo Vinagre imediata perseguição até conseguir estabelecer o cerco da posição do Castelo para onde haviam refluído os remanescentes da coluna.

Às 15 horas Vinagre ocupava os edifícios do Seminário e casas fronteiras ao Hospital (atual 5ª Cia de Guardas) bloqueando tôdas as saídas com exceção do rio.

Vendo-se cercado e fortemente hostilizado pelo fogo partido dos edifícios vizinhos ao Forte, Malcher, na noite de 19 para 20, retira-se para bordo da força naval deixando a posição em terra sob o comando do 1º Tenente da Armada Costa Cabedo.

Determina o refôrço da posição do Castelo com outros contingentes de marinheiros de navios de guerra e mercantes.

Afinal decide bombardear com os canhões dos navios as posições do Arsenal (Largo das Mercês) e do Palácio do Bispo e Seminário, cau-

sando grandes estragos e avultado número de vítimas, principalmente entre seus próprios correligionários defensores da posição contígua do Forte do Castelo.

Êsses efeitos ampliam as defecções nas fileiras governamentais, sem maiores convicções pelo sacrifício a que se propunham.

Malcher tenta negociar através de Eduardo Angelim, então seu prisioneiro. Todavia a trégua é rompida aproveitando-se Vinagre para consumir violentamente a conquista e posse da posição do Castelo, eliminando toda a resistência. Uns poucos conseguiram escapar lançando-se ao rio. O 1º Tenente Cabedo morre no comando de sua posição.

A 21 de fevereiro de 1835, Francisco Pedro Vinagre é aclamado presidente da província e comandante das armas.

A prisão de Malcher foi consumada graças à traição de seu mais próximo colaborador e mentor de variados atos de sua conduta.

Quando transportado para a Fortaleza da Barra, Malcher é assassinado, recebendo seus despojos o mesmo tratamento desrespeitoso e selvagem proporcionados aos de seu antecessor Lôbo de Souza.

— O 2º Govêrno Cabano — Vinagre:

Via-se agora Francisco Pedro Vinagre na chefia do govêrno galgada na crista de uma insurreição cujos paroxismos de exacerbação de ânimos, de violência incontida, de desordem, sedição e descontrôle social haviam contado com sua decidida e atuante contribuição.

A despeito de seus esforços para restabelecer o império da autoridade e promover condições mínimas para o exercício da administração nada conseguia.

Seu irmão Antonio, a quem foi entregue o comando do Forte do Castelo empolgava, pelo exemplo, a massa descontrolada de extremados, primários em seus ódios e vinganças pessoais.

Francisco Vinagre demonstrando disposição ao retôrno à legalidade manda proceder à eleição da Assembléia Provincial declarando que entregaria o govêrno, que se dizia no exercício interino, ao cidadão mais votado naquelas eleições.

Como providências militares Vinagre determinou guarnecer o Trem (Arsenal das Mercês) com guardas nacionais. Organizou em três companhias os permanentes criados em 1831 para elevar a 300 o número de suas praças.

Temendo a reação natural de seus atos mandou proceder o desarmamento da tropa de linha e dos populares e buscou explicar sua conduta através de proclamações.

O resultado das eleições de 7 de abril de 1835, deu como o mais votado o Dr. Angelo Custodio Corrêa de Cametá.

A notícia de todos êsses acontecimentos chegou ao Rio de Janeiro em fins de março e, um nôvo presidente, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, foi nomeado, acumulando o cargo de comandante das armas.

O Chefe-de-Divisão João Taylor foi nomeado comandante da divisão naval, seguindo imediatamente com uma fragata, uma corveta e uma escuna.

Tendo em vista porém assegurar a posse do Dr. Angelo Custodio eleito pela Assembléia Provincial o presidente do Maranhão antecipou-se, enviando ao Pará uma fôrça de 600 homens, embarcada na fragata "Imperatriz", sob o cômado do Capitão-Tenente Pedro da Cunha e um brigue.

Pressionado pelo clima dominante Vinagre procurou sub-repticiamente eximir-se dos compromissos assumidos. Para tanto determinou o desarmamento de alguns navios de guerra e a substituição dos comandantes que não lhe mereciam confiança.

Simulando sua disposição de entregar o govêrno ao Dr. Angelo Custódio que ainda se achava em Cametá, Francisco Vinagre convidou-a a dirigir-se a Belém e, ao mesmo tempo, prepara uma emboscada a meio caminho com embarcações armadas. Todavia, o precavido Comandante Pedro da Cunha, bem compreendendo a situação de compromisso do govêrno insurreto, dada a exaltação popular ampliada, até mesmo, pela presença de sua fôrça naval e a duvidosa disposição de Vinagre para cumprir o disposto, antecipa-se mandando a Cametá uma forte escolta para transportar o vice-presidente eleito.

Mantém ainda Pedro da Cunha seus navios ao largo e a fôrça de desembarque reforçada por contingentes vindos de Bujaru, Abaeté e Acará pronta para entrar em ação.

A 8 de maio Angelo Custódio chega à baía de Guajará, embarcando na fragata "Imperatriz", ao largo de Belém. Sua escolta havia desbaratado a emboscada preparada por Vinagre, próximo à ilha de Burajuba.

A essa altura dos acontecimentos já se tornavam ostensivos os propósitos de Vinagre. Decidiu então Pedro da Cunha realizar um desembarque à viva fôrça para conquistar Belém.

No dia 12, após o bombardeio dos pontos fortificados e a destruição do Forte de São Pedro Nolasco partiu a fôrça de desembarque, em escaleres e canoas, sob o comando do Major Aires Carneiro. Alcançando a Alfândega destacou a fôrça quatro colunas, duas das quais atacaram o Trem (Arsenal) no Largo das Mercês, marchando as outras duas sobre as posições do Largo de Santo Antonio. O grosso da fôrça porém permaneceu na praia, sem ligação com os elementos de primeiro escalão.

Assim, êstes, após atingirem seus objetivos, a despeito da violenta oposição encontrada, viram-se isolados sem o indispensável apoio do grosso.

Refeitos os insurretos e tendo suas fileiras engrossadas não só pelos contingentes populares que apropriavam-se das armas dos que caíam e

pelas defecções de guardas nacionais que se passavam levando armas e munições, retomam a iniciativa que coincide com a ordem de retirada determinada pelo major-comandante da expedição. A perseguição é levada a efeito impiedosamente, determinando ainda Vinagre o bombardeio das unidades navais com grande resultado.

Impossibilitado de desembarcar Angelo Custódio retira-se para Cametá, a bordo da escuna "Bela Maria", que ali permanece estacionada. O comandante Pedro da Cunha considerando sua posição face a Belém insustentável, retira no dia 16 suas forças para a baía de Santo Antonio, estabelecendo uma enfermaria na ilha de Tatuoca, dado o grande número de feridos.

Nessa situação irá encontrá-lo o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, novo presidente nomeado pela Regência, e que trazia consigo uma ala do Batalhão de Caçadores do Maranhão. O Chefe-de-Divisão Taylor assume o comando de toda a força naval.

A 21 de maio toda a força fundeia frente a Belém e Francisco Vinagre apressa-se em transmitir suas disposições ao Marechal Manoel Jorge, sendo o novo presidente tranqüilamente empossado.

Por esse tempo a agitação já havia se alastrado pelo Amazonas (Comarca do Rio Negro). As populações do baixo Amazonas eram as mais atingidas pelas violências e pela desordem geral reinante no Pará. A anarquia prolonga-se, remonta o Solimões até Tabatinga e pelo Rio Negro até Santa Isabel.

Os episódios de janeiro em Belém, culminando com os assassinios de Lobo de Souza e do Coronel Santiago, levaram o Conselho Municipal de Manaus a solicitar auxílio aos distritos e vilas vizinhas, convocando-os para a defesa e concitando-os a reagir face à agressão iminente dos cabanos.

Luzéia (Maués) e outras vilas organizam suas defesas dispostas a resistir.

Da vila de Bararoá (Tomar) no Rio Negro iniciou-se uma convocação geral dos habitantes das regiões ameaçadas, dirigida e estimulada pelo cidadão Ambrósio Aires. Dispondo de notável capacidade de liderança Aires organizou uma expedição, no que foi apoiado pela Câmara de Miuriuá (Barcelos), e desloca sua força improvisada sobre Icuipiranga (próximo a Óbidos) onde os cabanos se concentravam a despeito da resistência oferecida tenazmente pelo cônego Sanches Britto.

Os insurretos haviam remontado o rio Tapajós, alcançando em seguida o rio Amazonas pela via de Luzéia (Maués). Esta vila não suportou a invasão. Apesar da oposição oferecida acabou aderindo como o fez Parintins.

Também Silves, após grande resistência, entregou-se ao adversário. Borba, no Madeira, resistiu heróicamente.

No dia 6 de março de 1835, a vila de Manaus é cercada por força superior a mil homens, sob as ordens de Bernardo Sena. Regressava

assim este, após ter sido libertado por seus correligionários no baixo Amazonas, quando era conduzido prêso para Belém. A cidade foi assaltada sem que seus moradores oferecessem maior resistência, mesmo por que eram grandes as defecções para o interior e para as linhas cabanas.

No dia imediato a Câmara Municipal declara-se solidária aos insurretos. Todos aderiam aos vencedores. Nas vilas vizinhas porém pronunciava-se a reação e Ambrósio Aires continuava convocando defensores da ordem e combatendo ao longo do rio Negro as incursões dos cabanos sobre Airão, Moura, Carvoeiro, Miuriuá (Barcelos), Bararoá (Tomar) e Santa Isabel (Tapuruquara).

— O governo do Marechal Manoel Jorge Rodrigues:

A convulsão dominava a província. Os reduzidos recursos militares (metade de um Batalhão) trazidos pelo nôvo presidente pouco significavam. Os efetivos da tropa já existente — o 5º Corpo de Artilharia e os 4º e 5º Batalhões de Caçadores — não somavam 100 homens e a força naval não dispunha de pessoal nem mesmo para guarnecer seus navios. E, todos, profundamente atingidos no moral, quando não, minados pela indisciplina.

Cerca de três mil armas, inclusive canhões, retirados do Trem (Arsenal) desde 1833 andavam nas mãos dos insurretos sem o menor controle.

Por outro lado, a própria nomeação do velho Marechal Manoel Jorge era considerada "portuguesada", dando ensejo à exploração de preconceitos raciais e estimulando a aversão já declarada ao colonizador.

A conciliação simulada por Francisco Vinagre seria episódica visando mais assegurar aos insurretos a retirada para o Acará, da maioria dos meios existentes na capital, inclusive artilharia, tudo sob a direção de Antonio Vinagre.

Fortificados no Acará, os cabanos assaltam, dias após, a Vila de Vigia cometendo tôda sorte de barbaridades.

Conhecendo da participação de Francisco Vinagre determinou o Marechal Manoel Jorge sua prisão, levada a efeito juntamente com mais duzentos partidários seus, sendo todos embarcados prisioneiros.

Vendo infrutíferos seus apelos de socorro solicitados ao Rio, Maranhão, Ceará e Pernambuco e até mesmo aos navios de guerra estrangeiros o Marechal Manoel Jorge dispôs-se a resistir na defesa de Belém contando com seus próprios e escassos recursos.

Melhorou as condições de defesa do Trem (Arsenal) entregando-a ao Corpo de Artilharia até então estacionado no palácio; fortificou o Seminário e o hospital militar (atual 5ª Cia de Guardas) no Largo da Sé para garantir o Forte do Castelo dos tiros de flanqueamento. Abriu trincheiras na retaguarda do palácio e determinou previsões para guarnecer o Arsenal de Marinha e o Forte de Santo Antonio. Dobrou a ronda

e patrulhas na cidade e destacou um navio para guardar a foz do rio Acará, ponto de passagem obrigatória dos insurretos.

Os cabanos reuniam na fazenda Itabocas, no rio Moju, um efetivo aproximado de 2.500 homens, muitos dos quais desarmados.

Decidiram eles atingir a cidade pelo rio desembarcando nas matas de Murutucu (atual Instituto Agrônomo do Norte).

Em seguida, articular-se-iam em três colunas. A mais importante, comandada por Antonio Vinagre teria como objetivo o Trem (Arsenal) do Largo das Mercês e todos os pontos fortificados do bairro da Campina. A segunda, sob o comando de Eduardo Angelim atacaria o palácio do presidente e a terceira de Gavião, realizaria uma ação sobre o Arsenal de Marinha e as fortificações do bairro da cidade (cidade velha).

A natureza essencialmente improvisada da tropa cabana não se ressentia tanto da exiguidade de meios. Suas fileiras eram constituídas de homens sofridos na pobreza de alimentação e do vestuário, dispondo apenas de uma invariável vocação para aquele tipo de luta altamente favorecidos pela larga experiência adquirida em inúmeras ações.

A eventual limitação do armamento disponível levava-os a adotar um dispositivo em que o pessoal desarmado marchava à retaguarda em condições de substituir imediatamente os camaradas de primeiro escalão que tombassem de armas na mão.

Tal era a disposição moral dos cabanos.

— A conquista de Belém:

Na madrugada do dia 14 de agosto de 1835, burlando a vigilância dos navios, os insurretos desembarcam nas matas de Murutucu e o grosso se desloca para o arraial de Nazaré (atual praça Justo Chermont).

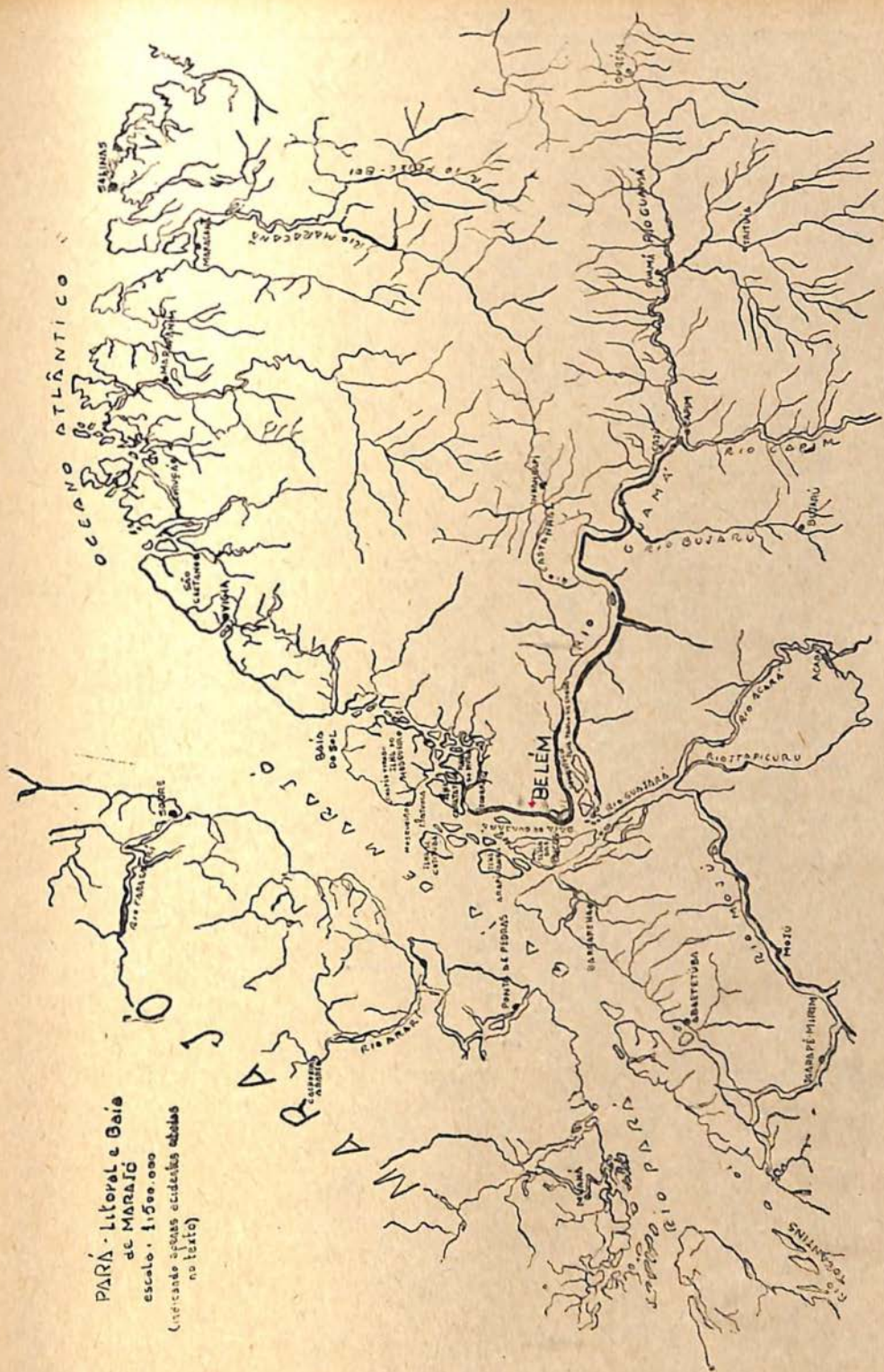
Alertado por um morador ribeirinho, o Marechal Manoel Jorge lança sobre o arraial de Nazaré uma coluna de 200 homens de artilharia e Caçadores, sob o comando do Capitão Jeronimo Rodrigues, seu filho.

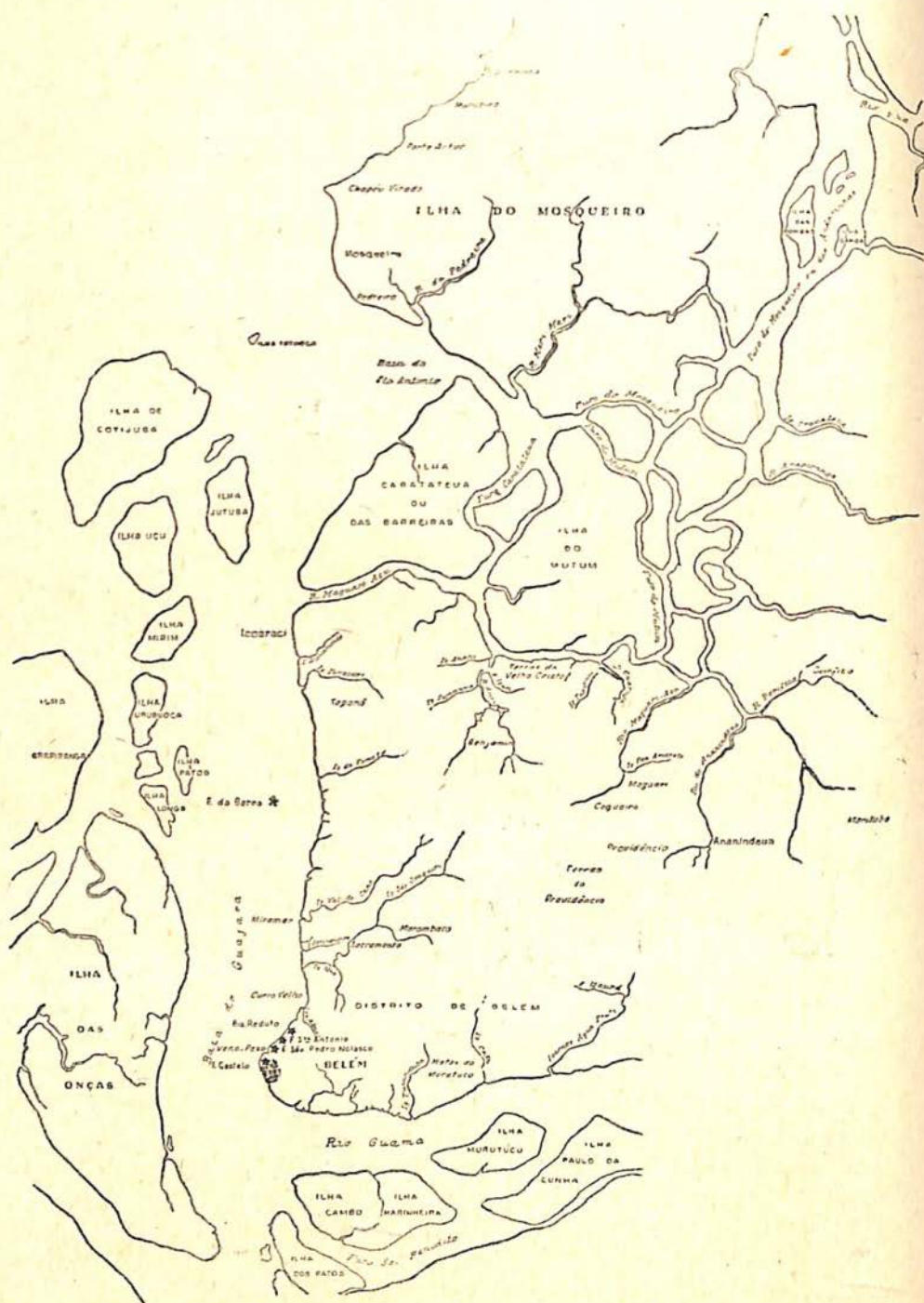
A vanguarda estabelece contato no largo da Memória (atual, na avenida Nazaré) e o grosso alertado entra em posição, bombardeando o arraial. Cerrando sobre a posição insurreta ao alcance das armas portáteis a força legal é varrida por intenso fogo, recuando.

Percebendo a indecisão, Angelim, enquanto continua a pressionar de frente a força legal em seu retraimento, lança duas colunas suas, uma pela estrada São Jeronimo (atual avenida) e outra pela do Cemitério (atual Avenida Gentil Bitencourt) buscando atacá-la pelos flancos e cortar-lhe a retirada no mesmo Largo da Memória onde se iniciara o contato.

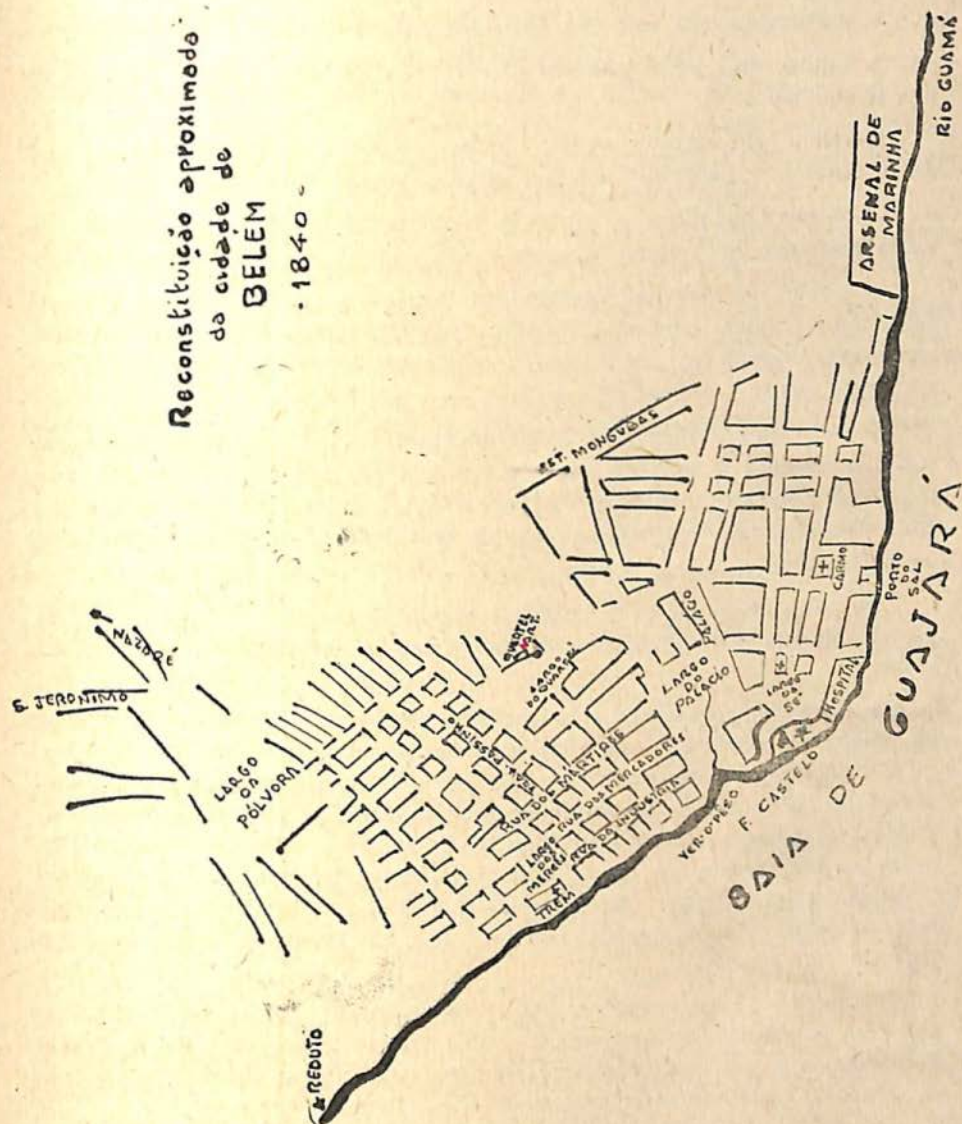
Todavia a coluna legal conseguiu escapar ao cerco, sendo acolhida por outra força que veio em seu auxílio, instalando-se afinal no palácio.

PARÁ - LITORAL e BAÍA
de MARAJÓ
escala - 1:500.000
(mostrando apenas acidentes notáveis
no texto)





Reconstituição aproximada
da cidade de
BELEM
- 1840 -



Angelim porém não cessara a perseguição. Sendo hostilizado por violento fogo partido do palácio e temendo uma ação em sua retaguarda vinda do Quartel da Artilharia (atual QG-8ª RM), retraiu até a travessa São Mateus. Entrou naquela praça (Saldanha Marinho) e sob intenso fogo investiu e tomou de assalto o quartel da artilharia. A tropa que o guarnecia fugiu pela rua São João para o palácio do governo.

A coluna de Gavião não encontrou resistência no Arsenal de Marinha e tomou-o.

Marchou, em seguida, sobre o convento do Carmo batendo a tropa do Arsenal que para ali refluía, dispersando-a totalmente.

O objetivo principal — o Trem (Arsenal do Largo das Mercês) — cabia à coluna de Antonio Vinagre.

O diretor do Arsenal Capitão Joaquim Andrade organizara sua posição para a defesa contando apenas com 30 soldados e 50 civis. Estabeleceu uma ligação por água com a fragata "Imperatriz" que se achava ao largo.

Quando observava a posição para dispor suas forças para o ataque, Antonio Vinagre é morto por um atirador de tocaia. O pânico se generaliza nas fileiras cabanas, sendo porém oportuna e vigorosamente dominado pela chegada de Eduardo Angelim que assume então a direção geral do movimento.

Na noite de 14 para 15 Angelim procurou ocupar as casas dos Largos da Mercês e do Palácio que favoreciam as ações sobre os objetivos visados.

O Marechal porém não esmorece. Determina a retomada do quartel de artilharia, perdendo seu filho nesta ação, mas conseguindo expulsar o inimigo da posição. Determina em seguida uma operação de limpeza nas casas vizinhas e tenta expulsar os insurretos do convento do Carmo. Todavia a escassez dos efetivos legais não permite guarnecer as posições conquistadas. Assim as casas, tão logo abandonadas são novamente ocupadas pelos cabanos. Desta forma Angelim vai pouco a pouco estabelecendo um cerco, cada vez mais apertado, em torno das posições ainda em mãos do governo.

Ocupando casas próximas abre comunicações interiores ligando-as entre si, a coberto da observação e dos fogos legais. Realiza a guerrilha em toda a sua plenitude desgastando as diminutas forças do governo e reduzindo cada vez mais a área dentro da qual podiam mover-se.

Nos locais mais adequados Angelim mantinha nucleados pontos fortes bem comandados e armados para realizar incursões e contra-atacar. Reservou afinal aqueles mais dispostos e decididos para a ação principal contra o Trem (Arsenal do Largo das Mercês).

O dia 16 de agosto foi escolhido para o assalto.

Articulou Angelim seu dispositivo em duas colunas. A primeira para atacar o Largo das Mercês cobrindo-se face a rua de Santo Antonio e dos Mercadores (João Alfredo) contra elementos que marchassem do Palácio em socorro do Trem. A segunda, que iniciaria a ação, estendia-se pela rua da Indústria (atual Gaspar Viana).

O ataque à posição desenvolveu-se com extraordinária violência. Iniciado pela madrugada do dia 16, alcançava a noite sem que as sucessivas vagas de assaltantes que se lançavam sobre a posição conseguissem dominá-la. A heróica e sistemática defesa do seu comandante o Capitão Joaquim Rodrigues de Andrade repelia os sucessivos ataques cabanos provocando grande número de claros nas fileiras insurretas.

Na madrugada de 17 os navios de guerra vêm em socorro dos defensores do Trem e bombardeiam as colunas atacantes.

O Marechal Manoel Jorge considerando a situação, após nove dias de combates na cidade, julgou-a insustentável. Dispunha apenas das posições do palácio, Seminário, Forte do Castelo e do Trem, mesmo assim em condições precaríssimas com efetivos mínimos e cercadas essas posições pelas casas próximas ocupadas pelos insurretos que as dominavam com seus fogos.

O bombardeio feito à cidade pela força naval fôra mais danoso ao Governo do que aos insurretos.

A exigüidade das guarnições não permitia desembarcar reforços e as deserções não tinham conta.

Além de tudo a inexistência de víveres levava pela fome a população ao desespero e à anarquia.

Decidiu então o presidente transferir a sede do governo para bordo da fragata "Campista" e evacuar toda a tropa e o povo, que lá coubesse, para todos os navios surtos no porto. Os defensores do Trem foram alertados da decisão pelos navios da força naval. A 22 é realizada a operação.

Percebendo a impossibilidade de manter numerosas famílias e a tropa a bordo dos navios o Marechal Manoel Jorge facilita a retirada daquelas para o interior e instala a tropa na ilha de Tatuoca.

A 23 de agosto de 1835 os cabanos são novamente donos de Belém.

— O 3º Governo Cabano — Angelim.

Vencida a legalidade na capital a insurreição volta a irradiar-se para Vigia, Acará, Moju, Abaeté, Macapá e outros pontos do interior.

Itacuam, à margem do rio Arari em Marajó, Igarapé-Mirim e outras localidades tornam-se centros de movimentos anárquicos como Belém.

A suposição legal de que poderia mobilizar contingentes em Marajó, dissipou-se pela falta de disposição demonstrada nos primeiros encontros com os insurretos na ilha e a defecção generalizada, inclusive entre oficiais.

Sòmente Cametá e Abaeté permaneceriam inexpugnáveis ao ininterrupto assédio cabano.

Em Manaus, um movimento de quartel traz como consequência o assassinio de Bernardo Sena, então exercendo o govêrno local insurreto.

A reacção legal toma corpo na comarca iniciando-se na vila de Ega (Tefé).

Pouco depois, são os cabanos expulsos de Manaus graças à acção decidida de Ambrósio Aires, nomeado então Comandante das armas, e outros. Voltam os insurretos a assediá a cidade alguns meses após, sendo porém repelidos. Ambrósio Aires prossegue nas operações de limpeza pelas vilas e povoações do interior.

A êsse tempo o Marechal Manoel Jorge comprara 1.000 armas e 10.000 libras de pólvora e requisitara ao govêrno da Regência 2.500 homens, peças de artilharia e 18 embarcações de pequeno calado para navegação fluvial.

Em outubro de 1835, o navio inglês "Clio", que trazia para a firma Campbell da praça de Belém uma carga de armamento encomendada ainda pelo presidente Lôbo de Souza foi saqueado pelos cabanos em Salinas.

Fundeando na costa seu comandante desembarcara à procura de práctico. Em contato com um americano John Priest que ali vivia, o comandante do barco irrefletidamente revelou a natureza de sua carga quando buscava um homem credenciado para realizar a praticagem até Belém. Os insurretos locais, com a cumplicidade ou não do americano, dispondo da informação, assaltam o navio dominando e matando a tripulação e apossam-se da carga.

Em dezembro dêsse ano chegam os primeiros reforços em tropa, suprimentos e navios enviados pelo govêrno central ao Marechal Manoel Jorge na ilha de Tatuoca.

O presidente instala suas novas forças na ilha de Cutijuba. Retoma as atividades expulsando com uma coluna de 100 homens os insurretos que se haviam instalado no Mosqueiro de onde faziam fogo de artilharia sobre os navios que passavam.

Prosseguiu a operação atacando-os, em seguida no Chapéu Virado, com um batalhão apoiado por dois navios de guerra. Realizou uma expedição sobre Vigia com o 2º Batalhão de Caçadores, embarcado em três navios, conseguindo dominar a vila em poucos dias, estendendo a operação pelo litoral, restabelecendo o regime legal a Penhalonga, Veríssimo, Colares, São Caetano, Curuçá e Cintra.

Nessa ocasião é surpreendentemente demitido de suas funções o velho Marechal, sendo nomeado para substituí-lo o Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa que só chegaria a Tatuoca a 9 de abril de 1836.

Em março de 1836 uma força naval inglesa, sob o comando do Capitão B. Strong, fundeou na baía de Guajará. Seu comandante, dirigindo-se a Eduardo Angelim, apresenta um protesto formal e ameaçador e exigências descabidas a propósito do incidente de Salinas com o navio "Clio".

Além da indenização da embarcação e da carga, exigia mais a instauração de processo e entrega dos responsáveis e implicados à justiça inglesa bem como o "desagravo da bandeira inglesa, ofendida e desrespeitada — (exigindo) que esta seja arvorada em todas as fortalezas da cidade, estando por baixo a brasileira — e que seja cumprimentada com uma salva de vinte e um tiros."

Da resposta altaneira do presidente insurreto vale transcrever o seguinte tópico:

"..... e que jamais os entregarei ao governo inglês sem ordem do governo do Rio de Janeiro, quando o país tem leis para punir os criminosos; e que igualmente não sujeitarei a bandeira da minha nação à humilhação exigida, sem ordem da corte."

Aproveitando essa oportunidade e outras os ingleses — segundo um contemporâneo daqueles acontecimentos — sugeriram e ofereceram proteção à província, caso fôsse proclamada a separação política do império.

Também por esse tempo, um missionário protestante Tomás Youd insinuara-se pela região do Pirara, instalando-se junto à tribo dos Macuxi, reunindo-a sob a bandeira inglesa.

O destacamento brasileiro daquela fronteira⁺ fôra solicitado para as operações que se desenrolavam em torno de Manaus, abandonando-a temporariamente.

Alegava o missionário inglês a proteção então buscada pelos indígenas para escaparem aos maus tratos e, principalmente, ao recrutamento para as fileiras combatentes, de um e outro lado.

O diligente Ambrósio Aires comandava na ocasião o Forte São Joaquim (próximo a Boa Vista) e auxiliado por Frei José dos Inocentes agiu rapidamente, limitando a progressão do inglês no proselitismo que desenvolvia.

Já então no governo do Brigadeiro Soares de Andréa veio a ordem para intimar o missionário Youd a abandonar o território nacional. Assim compelido, transferiu-se inicialmente para a margem direita do Rupununi e, após nova intimação, deslocou-se para o Essequibo, arrastando porém grande número de adeptos persuadidos pela proteção invocada.

O episódio é relevante para mostrar a coincidência de atitudes por parte da Inglaterra, explorando a difícil situação que a província atravessava.

III — A REPRESSÃO

— O governo do Brigadeiro Soares de Andréa:

A 19 de abril de 1836 chega à ilha de Tatuoca o Brigadeiro Soares de Andréa, nôvo presidente da província e comandante das armas.

Acompanhava-o uma força naval de embarcações apropriadas à navegação em rios — patachos, escunas, brigues — além de navios mercantes, todos conduzindo víveres, equipamento e armamento, além de 400 recrutas para as tropas de linha, retirados das prisões do Rio de Janeiro e da Bahia.

Determinou o General Andréa a exploração imediata da ilha de Arapiranga, mais próxima da cidade, para lá transferindo seu Quartel-General. Ali também organizou um campo de instrução submetendo sua tropa a severíssimo regime de adestramento e disciplina. Isolou completamente a ilha assegurando assim, não só o necessário sigilo das providências que levava a têrmo, como principalmente resguardava a tropa recém-chegada do contato com o ambiente militar dominante.

Inicia as operações buscando a destruição das forças insurretas nos pontos mais próximos à capital em que se haviam fortificado. Mantém a iniciativa das ações, atuando com agressividade, organizando destacamentos combinados operando com forças terrestres embarcadas em navios de sua divisão naval.

Desta forma realiza sistemáticas operações de limpeza expulsando os insurretos, primeiro de Igarapé-Mirim, depois de Viseu, atirando-os para Ourém e Guamá. Afinal destroça as forças cabanas que se haviam fixado no Capim e em Guajará ali reunindo recursos para a luta.

Angelim sentiu imediatamente o efeito desses golpes e a dificuldade, cada vez maior, que encontrava para reduzir a anarquia e exercer a precária autoridade que, pouco a pouco lhe escapava das mãos.

Buscou então a mediação.

O General Soares de Andréa recusou conceder a declaração de anistia pleiteada pelos insurretos, através do bispo D. Romualdo, alegando a medida da competência da Assembléa Geral. Concordeu porém em fazer-se intermediário da petição. Repeliu a pretensão dos cabanos no sentido de suspenderem as hostilidades. Considerou o avisado General que o armistício só caberia entre nações e não de insurretos para governo legal.

Mesmo sob a ameaça de incêndio de Belém pelos cabanos, recusa-se admitir a retirada das forças insurretas de Angelim para o Amazonas de armas na mão, onde se dispunham a aguardar a anistia.

Opõe-se à pretensão indicando um local — a fazenda Carapijó — para recesso dos cabanos naquela emergência e articula suas forças navais para estabelecer o bloqueio dos rios Acará e Guamá.

Impõe condições, suspendendo a mediação conduzida pelo bispo D. Romualdo, quando percebe a intenção de Angelim, no sentido de intimidá-lo.

Angelim compreende a impossibilidade de manter-se em Belém. Tenta romper o cerco com suas forças a fim de reorganizar-se em núcleos de resistência no interior, nos rios Guamá, Capim, Acará e Moju.

A primeira tentativa realizada pela Pedreira encontra violenta e decidida reação. A força naval apoiando força de desembarque destroça os insurretos levando-os a refluir para a cidade em desordem e perdendo toda a capacidade de ação. Tentando mais uma vez a fuga, agora pelo Arsenal de Marinha, são inteiramente batidos escapando os remanescentes para o Acará, entre eles Angelim.

A 14 de maio, após o desembarque do grosso das forças terrestres, o General Soares de Andréa ocupa a cidade abandonada e instala o governo em Belém.

Exercendo em toda sua plenitude os cargos de presidente da província e comandante das armas, dotado ainda de poderes excepcionais por seis meses pelo governo imperial, Soares de Andréa prossegue a repressão das forças insurretas pela ação sistemática militar e policial.

Dispondo a essa altura de uma organização militar disciplinada, instruída e equipada, sob o comando de chefes subordinados de qualidade e tudo muito adequado aos processos de combate e às características do terreno e do inimigo, o general-comandante passaria a empregar esse instrumento por ele forjado com a mesma energia, habilidade e método.

Reduziu os últimos focos no Acará fazendo prender Angelim. Ao mesmo tempo, convocava antigos soldados dos governos irregulares realistando-os. Com os rebeldes que não fossem criminosos organizou corpos de trabalhadores — lavradores, operários e artífices — ocupando-os em trabalho produtivo e indispensável para o soerguimento da província devastada. No exercício de uma administração austera e equilibrada modificou as atitudes do povo absorvendo as facções mais moderadas nas atividades comuns de reconstrução.

Eliminou as derradeiras resistências insurrecionais em Marajó e Oeiras.

No Amazonas, Ambrósio Aires prosseguia suas operações de limpeza na região dos Autazes, onde é morto em ação.

Usando dos poderes extraordinários que lhe haviam sido concedidos o General Soares de Andréa, na impossibilidade de criar três Batalhões de Caçadores um de artilharia de posição e um Esquadrão de Cavalaria autorizados pelo governo imperial, criou na capital um corpo de polícia, em substituição aos permanentes e dividiu a província em nove comandos militares assim constituídos: 1º, todo o município de Belém; 2º, de Vigia (Colares, São Caetano, Cúruçá, Cintra e Salinas); 3º, de Bragança (Viseu, Turiassu e Ourém); 4º, de Marajó (compreendendo toda a ilha); 5º, de Macapá (toda a margem esquerda da foz do Amazonas, até encon-

trar o 1º Comando); 6º, de Cametá (Tocantins), Oeiras, Portel e Melgaço); 7º, de Pôrto de Moz ou Gurupá (limitando com as de Macapá, Marajó, Cametá e Santarém); 8º, de Santarém (limitando com o 7º e com o Alto Amazonas ou Rio Negro); 9º, o de Rio Negro (guarda das fronteiras).

Em abril de 1839 o Brigadeiro Soares de Andréa é substituído pelo Dr. Souza Franco, que encontrando a província inteiramente pacificada solicita a anistia geral para os insurretos. A medida alcança os próprios chefes rebeldes Vinagre e Angelim que, após alguns anos de degrêdo marcados pela lei, vêm a falecer no Pará.

IV — CONCLUSÕES

A despeito de decorridos mais de 120 anos, a Cabanagem, como movimento insurrecional, proporciona ainda ensinamentos de sugestiva atualidade.

Iniciada sob a forma de Guerra Civil — diríamos “localizada” — visando, tão-somente às autoridades constituídas na província e ressalvando, em ocasiões diversas, sua fidelidade ao Imperador e a declarada disposição de manter a província vinculada ao país, a Cabanagem, por outro lado, encontrava sua maior e mais constante exaltação no complexo racial dirigido contra o colonizador estrangeiro encarnado ainda pelas próprias autoridades. Caracterizava-se assim, também, sob a forma de verdadeira Guerra de Libertação, a revolta mais ou menos generalizada de toda a população.

O hipotético Estudo de Situação dos insurretos, apresentado inicialmente, sob a forma esquemática, segundo o método de análise dialética, procurou destacar os principais fatores da discussão, sendo relevantes os que condicionavam a adequabilidade desse tipo de guerra e aqueles outros que apresentavam flagrantes possibilidades de inverterem seu sentido de atuação dadas as contradições do meio e a eventual fragilidade dos organismos institucionais.

Sua eclosão foi condicionada pelo clima de insatisfação dominante, fruto de causas longínquas e difusas, umas; atuantes e irreduzíveis, outras. Todas devidamente aproveitadas e exploradas.

O simples confronto do poder e da opulência com a opressão e a miséria, gerou os germes da revolta que nascia desse sentimento de frustração, alimentado pela omissão rotineira de métodos e regimes ultrapassados pela evolução inelutável de novos conceitos, aspirações e tendências.

O ódio gera a violência — destruidora, incontrollável, intangível por sua própria essência.

A insurreição não dispunha de um Chefe. Não contava também com um plano previamente esboçado.

As posições de liderança, galgadas pela eventual projeção de indivíduos que, se por um lado, gozavam de condições de autenticidade para encarnarem as aspirações da massa da qual emergiam, por outro, não dispunham da ascendência intelectual e moral indispensáveis que afirmassem a autoridade para um exercício pleno de comando e de governo, ainda que sem propósitos seguramente definidos.

A explosão de complexos e reivindicações nem sempre dirigia e fixava seus impulsos para um mesmo objetivo. Ao contrário, a insurreição buscava mais preservar o seu ímpeto apoiando-se apenas na exaltação permanente da massa desordenada e incontrolável. Daí a já limitada capacidade da liderança esgotar-se sucessivamente em tentativas infrutíferas de controle e contenção, toda vez que buscava a unanimidade da consciência popular na adoção de condições mínimas para o exercício da autoridade. Esses percalços inevitáveis cindiam, pouco a pouco, a coesão, não só da massa popular armada, como principalmente, dos chefes que passariam a hostilizarem-se mutuamente e, afinal, a se destruírem.

Do ponto de vista operacional, sem maiores considerações de ordem doutrinária, podemos concluir que os cabanos guardaram uma atitude de defensiva estratégica procurando realizar continuamente condutas táticas ofensivas descentralizadas porém decisivas. Exploraram com habilidade magistral a "guerra de superfície", a guerrilha nos rios, na selva e na cidade, desenvolvendo e aplicando as emboscadas, os ardis, o terrorismo, a propaganda e a ação psicológica na decisão de luta, na manutenção do sigilo, na aliciação de adeptos, transfugas e submissos.

Empenharam-se decisivamente na conquista e posse de Belém tirando real partido de sua manutenção, não só pelo aspecto puramente militar, como principalmente pelo efeito moral do domínio da capital da província e a implantação do governo insurreto.

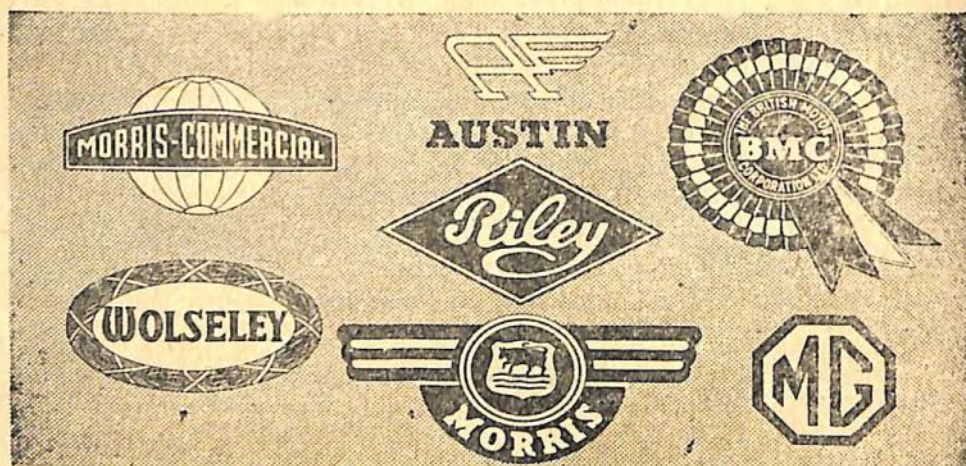
Afinal a repressão. Caracterizou-se pela conjugação acertada da redução e eliminação progressiva das causas da insurreição com uma segura orientação militar inspirada em soluções políticas firmes e coerentes.

Após restaurar as características institucionais do aparelho policial-militar dando-lhe condições operacionais de eficiência e impor os critérios irreduzíveis da ordem legal o Brigadeiro Soares de Andréa buscou, pouco a pouco, retirar aos insurretos o apoio popular ativo que desfrutavam. Empregou todas as forças disponíveis em grupamentos combinados — navais e terrestres — adotando processos de combate adequados para capturar e destruir os bandos cabanos, procurando sempre o contato agressivo em operações eminentemente ofensivas.

Erradicados os últimos focos da insurreição, rearticulou suas forças segundo uma adequada divisão territorial, assegurando assim o controle operacional de toda a área.

BIBLIOGRAFIA

- Cel Luiz Lobo — *História Militar do Pará*, Rio, 1943.
- Anísio Jobim — *O Amazonas — sua história*, São Paulo, 1957.
- Arthur C. F. Reis — *Síntese da História do Pará*, Belém, 1942.
- Arthur C. F. Reis — *A Amazônia e a cobiça internacional*, S. Paulo, 1960.
- M. Pinto Bravo — *Curso de História Naval*, Rio, 1959.
- Caio Prado Junior — *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, 1947.
- Domingos A. Rayol — *Motins Políticos da Província do Pará*, Belém, 1890.
- J. Hurley — *Belém do Pará sob o domínio português*, Belém, 1940.
- Cel G. Bonnet — *Les guerres insurrectionnelles et revolutionnaires* — Paris, 1958.
- Gen Augusto Fragoso — *Introdução ao estudo da Guerra Revolucionária* — 1959.
- Artigos diversos da "A Defesa Nacional" e do "Mensário de Cultura Militar".



PEÇAS LEGÍTIMAS

Cia.



Comércio e Indústria

Av. Oswaldo Cruz, 73/95

tel. 45-8187

R. Camerino, 79/81

tel. 43-4990

R. Bambina, 36

tel. 36-6763